

III

TEMÁTICA DA ASSEMBLÉIA GERAL

INTRODUÇÃO

O atual contexto político e social na maioria das comunidades das Américas oferece a oportunidade para que sejam criadas condições favoráveis ao diálogo e a uma maior cooperação. Além disto, os esforços empenhados desde a primeira Cúpula das Américas contribuem para a sensibilização gradual das populações e de seus dirigentes quanto aos novos desafios de uma maior integração hemisférica. Ao reanalisar as políticas nacionais numa nova perspectiva, ao compará-las mais e mais frequentemente com as dos países vizinhos e ao enfatizar o diálogo regional, todos aqueles que participam do exercício de enlace, de que o projeto de integração hemisférica necessita, contribuíram para o avanço do processo. Pouco a pouco, os parceiros expandiram sua compreensão dos problemas a serem solucionados, descobriram ou aprimoraram a legislação e a regulamentação existentes em outros lugares, participaram ativamente de trocas de experiências e de pontos de vista, e multiplicaram as formas de cooperação técnica bilateral, sub-regional e multilateral. Este hábito de estabelecer parceria concreta, favorecido pelo rápido desenvolvimento das tecnologias de comunicação, aumenta a confiança mútua e fortalece a rede interamericana existente, sem que, a cada vez, o resultado obtido tenha sido necessariamente novas alianças formais.

A perspectiva de integração hemisférica debilita também os vínculos sub-regionais, sem apagar, entretanto, as particularidades nacionais. À medida que o círculo das parcerias torna-se mais amplo, surgem também obstáculos comuns ao desenvolvimento, aos quais é essencial que todos os parlamentares das Américas enfrentem tais obstáculos em conjunto e de maneira coordenada. Isto acontece, por exemplo com a pobreza, que é derivada principalmente do acesso não universal à educação, além do déficit econômico gerado pelos efeitos negativos da corrupção exercidos na distribuição equitável do desenvolvimento e acentuado pela criminalidade e pelos danos sociais associados ao narcotráfico em plena expansão. Diante destes problemas de peso e interligados enfrentados pelas populações que os eleitos representam, os parlamentares das Américas devem redobrar seus esforços, já que os efeitos devastadores de cada um destes problemas multiplicam-se uns após os outros e repercutem-se em todos os lugares, em cada uma das nossas sociedades. Em revanche, apesar da amplitude do desafio, toda melhoria de qualquer um destes elementos repercute também positivamente no conjunto dos fatores nos quais estão baseados o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano de todos os cidadãos.

A interrelação dos obstáculos identificados e seu caráter transfronteiriço revelam também a interdependência cada vez mais evidente das populações das Américas nesta era de globalização. É exatamente neste contexto que os parlamentares devem concentrar suas energias para juntos eliminar os obstáculos do desenvolvimento hemisférico que são a pobreza, a corrupção e o narcotráfico, e promover a educação para todos na sua verdadeira dimensão de motor essencial ao bem-estar coletivo.

Sessão plenário 1

Erradicar a pobreza para uma comunidade das Américas justa e próspera

Qual é a diferença entre uma catástrofe ambiental e a pobreza?

A pobreza, esta sim, é sempre causada pelo ser humano.

Paralelamente à abertura dos mercados, os últimos anos têm revelado a emergência de progressos econômicos e tecnológicos que oferecem possibilidades, até então nunca vistas, para o avanço social e a erradicação da pobreza. O impressionante crescimento econômico de alguns países e as inovações tecnológicas no setor das comunicações dão esperanças de avanços significativos, especialmente nos setores da saúde e da educação. Entretanto, praticamente no mundo todo, observa-se que, enquanto aumenta a prosperidade de alguns, a pobreza de outros se agrava. Esta tendência, da qual as Américas não escapam, constitui um dos temas da atualidade, já que corre o risco de limitar ao mesmo tempo o progresso social, o funcionamento das instituições democráticas e, paradoxalmente, a produtividade econômica. De fato, o clima de profunda insatisfação e de injustiça decorrente desta crescente exclusão contribui para o aumento da violência, da criminalidade e das tensões sociais, que ameaça seriamente a coesão e a estabilidade política, colocando também em perigo a segurança dos indivíduos. Estes fenômenos evidenciam a necessidade das instituições democráticas e das pessoas que as encarnam de permanecerem ainda mais centradas na articulação das expectativas e das aspirações sociais dos cidadãos, de zelarem pelo seu bem-estar, pela sua previdência social e pela não-discriminação.

Na Declaração de Santiago em 1998, os Chefes de Estado e de Governo nos lembram de que a “erradicação da pobreza continua sendo o maior desafio que nosso hemisfério deve enfrentar.” Eles chegam à constatação que é necessário atuar de maneira prioritária para diminuir a pobreza, já que as estatísticas revelam que, apesar dos progressos realizados em certos setores, as repercussões econômicas positivas ainda estão demasiadamente mal distribuídas. Deste modo, apenas na América Latina e no Caribe há cerca de 220 milhões de pobres, dos quais 100 milhões vivem na extrema miséria. A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) relata que a grande concentração das riquezas predominantes na América Latina em 1990, ainda não havia diminuído em 1997, e que havia inclusive aumentado em mais da metade dos países do continente, apesar da diminuição do nível de pobreza registrada neste mesmo período. No Canadá, primeiro lugar no índice mundial de desenvolvimento humano, 11,7% de sua população, dos quais 20% são crianças, vivem aquém do nível de pobreza. Nos Estados Unidos da América, apesar da taxa de desemprego ser relativamente baixa, cerca de 2 milhões de habitantes são sem-teto, e os 19,1% da população, dos quais um quarto é criança, vivem na pobreza. Em seu Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano 1999, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revela que a diferença de salários entre os países mais ricos e os mais pobres era de 30 a 1, em 1960, e que atualmente chega às incríveis proporções de 74 a 1. Esta diferença dobrou amplamente em quarenta anos, a tal ponto que um bilhão de seres humanos ainda não tem condições de suprir suas necessidades básicas de consumo, ou seja, baseado no que é geralmente aceito, acesso à água potável, alimentação cotidiana e serviços de saúde e educação adequados. Segundo os dados da ONU, um quinto da população mundial que vive nos países mais ricos consome, hoje, 82% das exportações e 68% do investimento estrangeiro direto, enquanto que um quinto da população mais pobre consome pouco mais de 1%.

Constata-se que estes desníveis prevalecem concomitantemente entre os grupos sociais e entre os países, dos quais alguns estão completamente excluídos da corrida da competitividade. A ONU calcula que as consequências destes desníveis são tantas que correm o risco de persistirem muito tempo após a obtenção da prosperidade econômica esperada. Será que a humanidade estaria tão obcecada pelo desenvolvimento econômico que teria se esquecido no meio do caminho, da “solidariedade, essência invisível do desenvolvimento humano”?

No hemisfério ocidental, a pobreza está presente em todos os lugares, embora não seja visível da mesma maneira. Em cada uma das nossas sociedades, há um número elevado demais de pessoas que vivem à beira dos avanços realizados e cuja situação continua sendo bastante precária. Dentre os excluídos mais visíveis estão frequentemente as mulheres, as comunidades indígenas, as minorias raciais e étnicas, migrantes e suas famílias e também jovens que não têm acesso à educação e pessoas com deficiências. Embora seja apaziguante constatar que a solidariedade humana manifesta-se de maneira tão eloquente, quando uma catástrofe natural assola uma determinada região e coloca em perigo a vida de populações inteiras, será que não é decepcionante ver este ímpeto humanístico evaporar-se quando a catástrofe não está mais em cartaz? Não seria de uma certa maneira como se, bem no meio da subida da imensa montanha, o chefe da caravana de alpinistas parasse de colaborar ativamente com aqueles que o seguem? Será que a ética social não nos convida, ao invés, a avaliar o nível de avanço das nossas sociedades a partir do nível atingido pelo conjunto dos membros da caravana da qual fazemos parte? Neste sentido, as estatísticas, as imagens e as diferentes facetas da pobreza com as quais convivemos dia-a-dia fazem um chamado à ordem coletiva das Américas, a fim de trabalhar juntos, de maneira mais eficiente, visando a inclusão de todos os seres humanos sem exceções.

Apesar dos limites orçamentários, será que os governos podem atacar de maneira prioritária o problema da pobreza e estabelecer de modo realista um objetivo de “zero pobreza”? Quando cerca da metade da população do hemisfério vive ainda na pobreza, será que já não foi atingido e até ultrapassado um nível que exija corretivos urgentes? Será que veremos multiplicar-se as leis que estabeleçam um nível máximo que nunca mais deverá ser ultrapassado e que teria sido determinado em cada país, após um amplo consenso da população? Será que as Américas não deveriam acentuar seus esforços para garantir concretamente o direito à dignidade humana para todos os seus cidadãos? Será que a população revela-se, hoje, preocupada demais com a gestão de seus direitos em detrimento da dos seus deveres de solidariedade social? Será que não chegou o momento para todos os parlamentares das Américas de multiplicarem os gestos concretos para erradicar a pobreza, já que, conforme salientado pelos Chefes de Estado e de Governo durante a Cúpula de Miami, é “intolerável do ponto de vista político e inaceitável do ponto de vista moral que certas camadas das nossas sociedades sejam marginalizadas e que não desfrutem plenamente das vantagens do crescimento”?

Algumas reflexões e ações sobre o combate à pobreza

- “Engajamento de Parceria para o Desenvolvimento e Combate à Extrema Pobreza” (Resolução adotada pela OEA em 1995)
- Declaração de Copenhague, Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social (1995)
- Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano 1997 (ONU)
- Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano 1999 (ONU)
- “A brecha da equidade: uma segunda avaliação” (relatório da CEPAL, maio de 2000)
- Segunda Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social (Genebra, junho de 2000)

Painel 1

As políticas públicas para o controle da corrupção

Geralmente, a corrupção é associada à máfia e aos acertos de contas espetaculares, ao comércio de influências, ao pagamento e à aceitação de propinas, ao desvio de verbas, às pressões indevidas e às surdinas exercidas sob pessoas ou grupos que ocupam uma posição de autoridade, ao abuso de privilégios e da imunidade vinculados a uma responsabilidade profissional ou a um cargo público. A corrupção envolve também a manipulação dos processos eleitorais, a compra de votos, o votos das “almas mortas”, segundo a expressão do escritor russo Nicolas Gogol, a colusão entre representantes eleitos, empresas e indivíduos delinquentes com o propósito de maximizar seus lucros. Entretanto, nas reflexões feitas pelo senhor Oscar Arias Sánchez, prêmio Nobel da Paz, durante a Primeira Assembléia Geral da Conferência Parlamentar das Américas, em 1997, ele nos convidou a não restringirmos o conceito de corrupção apenas às pessoas que utilizam o poder político para seu enriquecimento particular, mas, ao invés, considerarmos este fenômeno de maneira mais aberta. Segundo ele, a corrupção deve incluir também a dupla linguagem, a manipulação da informação para camuflar a verdade, a emissão de opiniões complacentes, a renúncia ao exercício de suas responsabilidades e outras formas de omissões que levam a uma falha congruente entre os engagements assumidos e os gestos consequentes.

Estas distintas facetas da corrupção são inclusive denunciadas de maneira unânime nos fóruns regionais, nas convenções internacionais e nos discursos eleitorais, o que não impede a perpetuação deste fenômeno em todos os lugares sob formas e intensidades diferentes. Já que a corrupção não é uma bactéria seletiva que alguns trariam consigo desde o nascimento, ela é, indubitavelmente, um vírus que está à espreita de todos. O nível de riqueza ou de desenvolvimento não serve de imunizante para ninguém, pois a corrupção obedece essencialmente as regras do mercado, como qualquer outro produto que deve ser negociado, passando também por uma análise de custos-benefícios consciente ou inconsciente.

Em muitos casos de corrupção, representantes de ambos universos, na maioria das vezes o econômico e o político, acabam dando e recebendo dinheiro em troca de favores, de opiniões complacentes, do acesso à informação privilegiada permitindo assim ao aumento de seus respectivos poderes. Embora seja difícil definir com exatidão a corrupção, devido à constante evolução deste fenômeno, pode-se associá-la a qualquer forma de desvio de recursos e de decisões públicas normalmente orientadas para o bem de todos os cidadãos em favor dos interesses particulares, ou de uma ou várias pessoas.

Nesta ótica, a corrupção parece mais benigna que um golpe de Estado, mas seus efeitos podem ser tanto quanto corrosivos nos governos e nas instituições. Ao invés da violência às claras, a corrupção prefere táticas que operam na obscuridade, às escondidas. Não são apenas os gestos desmascarados de corrupção que contribuem para minar a confiança da população em relação às instituições e àqueles que devem preservá-las com integridade de caráter, mas também a simples percepção que os cidadãos têm de que em seus líderes políticos e econômicos há sinais de corrupção. Comumente, os discursos utilizados para derrubar um regime no poder é justificado pela necessidade de eliminar a corrupção cujo nível acabou tornando-se inaceitável.

No nível sociopolítico, a corrupção provoca, então, o cinismo e o desapontamento das populações em relação aos seus representantes, e mina a participação do povo nos processos democráticos. No nível econômico, além da perda de ganhos dos Estados como consequência dos desvios de vantagens pecuniárias que não podem ser redistribuídas e contribuir para o desenvolvimento de todos os cidadãos, a corrupção retém o fluxo de investimentos estrangeiros, prejudicando duplamente a população que deve, então, pagar ainda mais pelos seus bens e serviços. Um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) revelou que os investimentos nos países corruptos são 5% inferiores aos dos países relativamente livres deste fenômeno. Além disto, quanto maiores as pressões econômicas exercidas nos cidadãos, maior é o risco de que acabem caindo na tentação de burlar a moral social e as leis para melhorar imediatamente sua situação piorada pelo clima geral. Embora seja difícil calcular os custos da corrupção, fica claro que este fenômeno conduz a uma regressão social e que é, de certa maneira, uma pedra no meio do caminho de um desenvolvimento humano equitável e sustentável. A ONU, durante uma reunião em Viena em maio de 2000, decidiu intensificar seus esforços para combater a corrupção, pois as provas de seu enorme custo econômico, principalmente para as economias frágeis, têm se multiplicado. O Banco Mundial calcula inclusive que a corrupção pode reduzir a taxa de crescimento de um país de 0,5% a 1% ao ano.

Os especialistas concordam em que uma maior transparência é um elemento chave para a solução deste problema. Como a corrupção age por debaixo do pano, todo mecanismo transparente de controle e de imputabilidade tende a bloquear o fenômeno, pelo menos parcialmente, já que os riscos que os transgressores correm ao tentar obter os privilégios visados são maiores. Além disto, ao dar acesso aos cidadãos a uma informação suficiente, oportuna e garantida sobre as atividades de caráter público, os parlamentares multiplicam os potenciais controladores, sem que isto signifique complicar os mecanismos. Tradicionalmente, a imprensa, quando goza da liberdade de expressão, contribui também para o exercício vigilante deste papel com zelo dos valores éticos da sociedade.

Apesar dos esforços realizados até agora tenham sido essenciais, ainda resta bastante a ser feito. Além da implantação de políticas administrativas cada vez mais transparentes, será que não seria conveniente adotar uma atitude de absolutamente nenhuma tolerância diante da corrupção, com tudo o que isto implica em termos de exigências na aplicação estrita e no fortalecimento das leis? Será que não devemos nos esforçar para eliminar as áreas nebulosas das leis, dos regulamentos e dos códigos de ética, para diminuir as escapatórias virtuais? Em termos de financiamento político, será que fomos suficientemente longe para manter a autonomia dos representantes eleitos e fornecer à população todas as informações sobre as fontes e os valores recolhidos pelos candidatos e partidos? Será que podemos estabelecer um teto das despesas eleitorais consentidas, sem colocar os candidatos à mercê dos grupos de pressão e dos contribuidores particulares mais abastados? No setor bancário, será que não se pode melhorar ainda mais a transparência, a eficiência e a segurança das operações internas e transfronteiriças? Será que os legisladores não poderiam exercer um papel mais pró-ativo em toda legislação ou regulamentação, visando assegurar uma maior equidade fiscal e regras comerciais mais transparentes, que favoreçam por sua vez um comércio mais equitável? Até que ponto será que conseguimos promover a coordenação interinstitucional tão essencial à era das comunicações? Será que não deveríamos dar prioridade à melhoria do nível de vida do conjunto da população, a fim de diminuir o apetite de toda forma de compensação duvidosa? Enfim, que ações os parlamentares das Américas podem tomar coletivamente para garantir que seus Estados adotem medidas concretas para remediar o problema?

Visto que a corrupção coloca em perigo as bases da democracia e afeta negativamente a qualidade de vida do conjunto das populações do hemisfério, é primordial que os legisladores continuem lutando vigorosamente. De todo jeito, eles não têm outra alternativa, pois decepcionar os cidadãos que os escolheram para ser seus representantes teria um efeito desmobilizador em todos, que seria praticamente impossível inverter.

Alguns instrumentos de combate à corrupção

- Convenção Interamericana de combate à corrupção (1996) (assinada por 23 dos países membros da OEA e ratificado por 9 deles)
- “Declaração de Lima”, 8ª Conferência Anti-Corrupção de Transparência Internacional (1997) (aceita pelos representantes de 93 países)
- “Programa Interamericano de Combate à Corrupção” da OEA
- Simpósio sobre o Fortalecimento da Probidade no Hemisfério (Chile, agosto de 1998)
- Reunião de representantes dos governos sobre contribuições nas campanhas eleitorais OEA, fevereiro de 1998, Venezuela

Painel II

A cooperação interamericana e o combate ao narcotráfico: o papel dos parlamentares

O narcotráfico não é um fenômeno recente, dentro de pouco tempo serão completados cem anos que a luta organizada contra o comércio das drogas foi iniciada. Também não se trata de um problema isolado que poderia ser facilmente solucionado apenas ao apontar com os dedos um ou vários culpados. De fato, em todos os países do hemisfério, há produtores, consumidores e muitos intermediários, incluindo pessoas morais ou corporações, através dos quais circulam não apenas as diferentes drogas, mas também produtos derivados do narcotráfico, da lavagem de dinheiro e do fraude fiscal vinculado a este contrabando.

Este problema não conhece fronteiras, já que o planeta tornou-se para os narcotraficantes um imenso único bastante lucrativo mercado. Em 1995, o tráfico mundial de entorpecentes foi calculado em 400 bilhões de dólares americanos, ou seja, o equivalente a 8% do comércio mundial. Isto representa mais que a parte do ferro e do aço ou dos automóveis e aproximadamente da indústria têxtil (7,5%) ou do petróleo e do gás (8,6%).

O fenômeno do narcotráfico tornou-se tão importante que os atlas de relações internacionais apresentam hoje sofisticados mapas, atualizados a cada ano, ilustrando as rotas da droga no mundo. O que podemos observar nestas principais rotas de nosso hemisfério? Em primeiro lugar, que a “especialidade”, se é que assim podemos chamar, é a produção da coca, particularmente na zona andina, e que as redes de distribuição espalham-se por todas as partes, inclusive em direções aos mercados importantes e lucrativos do norte do hemisfério. Em seguida, vêm os produtos derivados da maconha, cujas zonas de produção abrangem as três Américas, sem entretanto produzir o suficiente para suprir a demanda, já que importações adicionais vindas da Rússia e da Ásia entram pela costa oeste do continente norte-americano para, em seguida, irrigar o resto do continente. Quanto à heroína, uma parte desta carga vem da Rússia percorrendo o Canadá de oeste a leste, e uma outra parte vem do Panamá, passando pela América Central e pelo México até chegar nos Estados Unidos da América. Estes últimos também são abastecidos via a Flórida e, a partir da costa oeste, com produtos vindos da Ásia e das Filipinas. Neste universo em constante movimento, nota-se que a demanda tem aumentado nos países em desenvolvimento e que a produção está aumentando nos países industrializados.

Apesar das repetidas campanhas de sensibilização da população para dissuadir os consumidores, insistindo nos diversos efeitos nocivos a curto e a longo prazo, o consumo de drogas tem aumentado tanto nas Américas como na Europa. Em 1999, a ONU calcula que havia cerca de 200 milhões de consumidores de drogas, sem se esquecer que desde 1990, a produção de ópio triplicou, e a da coca aumentou mais que o dobro. Nos Estados Unidos da América, apesar dos importantes investimentos na aplicação da legislação anti-droga (de 4,7 bilhões, em 1988, para 12,3 bilhões de dólares americanos em 1993), a queda do preço da cocaína e da heroína nas ruas revela a disponibilidade ainda maior de tais produtos.

O problema da criminalidade organizada, e inclusive a vinculada ao narcotráfico, assume proporções epidêmicas. A Interpol calcula em 500 bilhões de dólares americanos o valor anual dos ganhos deste setor comparados aos 85 bilhões de dez anos atrás. Estas diversas formas de delinquência internacional aproveitam das novas possibilidades oriundas de desenvolvimentos tecnológicos espetaculares. Deste modo, às sombras das empresas fantasmas, por exemplo, são transferidos automaticamente valores importantes que acabam escorregando nas malhas da rede dos regulamentos nacionais e internacionais inadaptadas, no constate esforço de alcançar as redes fraudulentas que são mais flexíveis. Esta carência de homogeneidade das legislações nacionais e o peso administrativos dos aparelhos de estado são o paraíso para os traficantes que desenvolvem uma ciber-criminalidade, cujas manifestações registradas até então são apenas a ponta do iceberg.

Para manter a estabilidade das instituições que os parlamentares são chamados a zelar, eles devem demonstrar sua vontade política de bloquear o narcotráfico. Dentre as muitas medidas que pode ser consideradas, será que não seria possível aumentar a impermeabilidade das leis nacionais e a homogeneidade legislativa em níveis sub-regional e regional, zelar pela aplicação estrita das leis em cada território, eliminar os obstáculos à cooperação e a ajuda mútua entre os Estados, adaptar as leis à criminalidade no ciber-espaço e adotar medidas de controle mais rígidas no combate à lavagem de dinheiro? Será que os parlamentares não devem também incitar os governos a demonstrar uma certa flexibilidade no que concerne a delicada questão da soberania nacional vinculada à não-divulgação de informações essenciais à resolução de inquéritos de caráter internacional? Será que, com esta mesma ótica, eles também não deveriam examinar prioritariamente as disposições do sigilo bancário para simplificar os processos de inquéritos e eliminar as proteções jurídicas e fiscais? Será que eles não deveriam favorecer ainda mais em seus territórios uma maior participação dos organismos não-governamentais, cuja ação visada diante das populações locais contribui para a melhoria dos níveis de saúde e educação, e para a eliminação da pobreza? Conforme a atual tendência na União Européia, será que os parlamentares das Américas devem concentrar suas energias na diminuição da demanda, sem se esquecer dos esforços paralelos que devem ser feitos para reduzir a produção das drogas? Será que eles não podem fazer ainda mais para promover regras de comércio mais equitativas, a fim de diminuir o atrativo que representa muitas vezes o cultivo de produtos ilícitos para vários pequenos produtores mal-pagos? De maneira pró-ativa, será que eles não podem favorecer um melhor controle dos produtos químicos utilizados na produção de narcóticos e das drogas não medicinais?

Recentemente, o projeto de implantação de um Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), em negociação desde a Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo de Santiago (1998), foi adotado pelos 34 países participantes e será implantado no ano 2000. Este mecanismo, cujos primeiros resultados serão apresentados na Cúpula das Américas de Quebec (2001), permitirá calcular a eficiência das medidas anti-drogas dos países das Américas segundo mais de 82 indicadores específicos. Entretanto, a crescente cooperação neste setor entre todos os parceiros das Américas é essencial para pelo menos diminuir o narcotráfico, que priva o conjunto dos cidadãos de recursos consideráveis retardando assim seu desenvolvimento.

Alguns instrumentos para o combate ao narcotráfico

- Single Convention on Narcotic Drugs (ONU, 1961)
- Convention on Psychotropic Substances (ONU, 1971)
- Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances (ONU, 1988)
- Political Declaration and a Global Programme of Action (Drug Control) (Assembléia Geral da ONU, 1990)
- Inter-American Drug Abuse Commission (CICAD) (da OEA)
- Acordo de Cooperação Sub-Regional sobre o Controle de Drogas (ONU, Argentina, Bolívia, Chile, Peru, Uruguai)
- Acordo de Cooperação Sub-Regional sobre o Controle de Drogas (ONU, México, Repúblicas da América Central)
- Plano de Ação de Barbados adotado durante o Regional Meeting on Drug Control Cooperation and Coordination in the Caribbean (29 países e territórios do Caribe)

Painel III

A educação: motor da equidade e da prosperidade

*“Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo.”
(Danton)*

Na sua Declaração, ao encerrar Segunda Cúpula das Américas, realizada em Santiago, Chile, em 1998, os Chefes de Estado e de Governo declaram que o próprio alicerce de desenvolvimento humano e o caminho imprescindível para toda sociedade que aspira pelo progresso social e econômico consiste principalmente e antes de mais nada na educação e acrescentam que a educação era o ponto de partida que permite a ruptura do círculo vicioso da pobreza. No Plano de Ação que se estende até o ano 2010, eles se engajam, entre outras coisas, em garantir o acesso universal a um ensino primário de qualidade, um índice de conclusão do primário de 100% e de matrículas no Segundo Grau de no mínimo 75%, além de oferecer à população em geral possibilidades de educação permanente.

Trata-se de um imenso desafio lançado pelos líderes das Américas, se considerarmos que os enormes desníveis entre as distintas regiões de nosso hemisfério e também entre as regiões e os bairros dos nossos países e as nossas cidades persistem, tanto no setor da educação como no do desenvolvimento econômico, ao qual a educação está intimamente vinculada. Na realidade, os participantes da Cúpula de Santiago reconhecem assim que a educação é um motor de crescimento econômico, já que contribui para o progresso tecnológico e para o avanço dos conhecimentos e que é o próprio fundamento do desenvolvimento humano, visto que coloca nas mãos do cidadão os instrumentos que lhe permitirão controlar seu próprio desenvolvimento e seu próprio bem-estar, assegurando deste modo sua participação na vida em sociedade. A educação não é, então, mais encarada apenas como um meio de desenvolvimento, mas como um dos seus elementos constitutivos.

A exemplo da ONU, é preciso considerar que “...já foi a época em que a descoberta do ouro, a conquista de novas terras ou o controle das máquinas davam acesso ao poder econômico... O trunfo de hoje é o saber.” Esta evolução é portadora de promessas de importantes avanços para a humanidade, que deve trabalhar cada vez mais em rede, enriquecendo sua experiência e seus conhecimentos graça ao contato com parceiros de portes, culturas, línguas e meios diferentes. Entretanto, alguns temem uma nova fragmentação entre os dois mundos que evoluem em paralelo: de um lado, estariam aqueles que estão “ligados” e desfrutam de um acesso instantâneo e barato à informação, e do outro lado, todos aqueles para quem o acesso ainda é impossível, os prazos são longos e os custos mais elevados. Como estes dois mundos estão em competição, a desigualdade de chances colocariam os menos privilegiados numa posição ainda mais desvantajosa, agravando sua marginalização e sua pobreza até o ponto de criar sutilmente um tipo de apartheid do saber. O acesso desigual à educação, à formação e à informação encontram-se dentre as causas fundamentais das disparidades que caracterizam as Américas, apesar dos importantes progressos dos meios tecnológicos à nossa disposição.

Sobre este assunto, a Internet oferece um incrível e sub-utilizado potencial de desenvolvimento: entre outras coisas, a Internet dá acesso à informação e à partilha do material didático para atividades de formação em grande escala, tanto fundamental como profissional ou especializada. A Internet permite também o desenvolvimento da formação à distância, da formação modular, cria redes dentro das quais circulam dados de múltiplas fontes rapidamente atualizados, e facilita as comunicações a baixo custo. Entretanto, o paradoxo da Internet é que o fio condutor do saber moderno pode tornar-se também, devido a limites derivados dos desníveis de desenvolvimento econômico, infra-estruturas e educação, um tipo de cordão que impede o acesso a uma mina de conhecimentos cada vez mais indispensáveis.

Todos os cidadãos do hemisfério devem poder se apoiar nas redes de informações e na Internet, que constituem instrumentos formidáveis para combater a exclusão e a pobreza, ao abrir o caminho a colaborações até então nunca imaginadas em termos de educação, e ao favorecer a promoção de valores democráticos e culturais. Neste contexto, como será que se pode orientar o desenvolvimento da Internet de modo que atenda às necessidades de informação e formação das diversas regiões das Américas? Quais estratégias podem ser privilegiadas para proporcionar a todos o acesso ao serviço telefônico básico e à Internet a preços módicos? Como fortalecer a cooperação sub-regional e regional num setor como a educação, incitando principalmente a tecnologia dos satélites, aos estágios e aos programas de intercâmbios e trabalhar da melhor maneira possível ao utilizar uma mesma língua? Como fazer para incrementar a participação do setor privado, das ONGs e das organizações internacionais no financiamento de projetos locais e transnacionais?

A educação é um fator potencial de coesão social e de paz, caso se esforce em considerar a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos e superar a desigualdade entre gêneros. Pois bem, o Relatório Mundial sobre Educação da UNESCO (1995) relata que dois terços dos analfabetos adultos são do sexo feminino. Além do mais, seria conveniente um restabelecimento do equilíbrio entre os gêneros, já que numerosos peritos estabeleceram uma nítida correlação entre o nível de educação das mulheres e a melhoria geral do desenvolvimento humano (UNESCO, 1996). Como os parlamentares podem melhorar as políticas de família e as políticas sociais em geral, a fim de dar às mulheres a oportunidade do exercício integral de seus direitos fundamentais? Como eles podem se tornar catalisadores da transformação em ações concretas dos princípios de equidade amplamente aceitos e contribuir, então, para a autonomia econômica da mulher?

Dentro de cada uma das nossas regiões, nota-se às vezes uma falta de adequação entre as necessidades de nossas sociedades em termos de recursos qualificados e a mão-de-obra recém-formada do nível técnico e até superior. Além disto, sem falar da padronização dos conhecimentos e dos métodos didáticos, a globalização já incita a adaptação dos programas de formação num meio em constante mutação, acentua a importância de uma importante interdependência entre os diferentes parceiros e exige o desenvolvimento de bases comuns mais vastas, que favoreçam uma melhor empregabilidade dos indivíduos. Esta maior polivalência deveria permitir-lhes exercer suas funções em vários lugares, em distintas etapas de sua carreira, em colaboração cada vez mais estreita com parceiros de língua e cultura diferentes. Os parlamentares devem, então, zelar para que, de um lado, as instituições se adaptem às novas realidades sociais e econômicas e, por outro lado, para que as populações possam se adaptar a esta evolução, a fim de que todos possam aproveitar dos benefícios derivados dos progressos econômicos e tecnológicos. Trata-se, então, de uma importante responsabilidade, destinada a manter a equidade, a justiça e a melhoria das escolhas de vida da maioria.

A amplitude destes desafios gerados pela integração econômica hemisférica também deveria proporcionar a oportunidade de facilitar a partilha e a transferência de conhecimentos e o desenvolvimento de novas redes de solidariedade interamericanas em termos de educação e formação. Um engajamento como este, orientado para esforços de coordenação entre as políticas de educação e as políticas de desenvolvimento, poderia abrir as portas para o estabelecimento de sociedades mais solidárias e dar um novo dinamismo às democracias. Entretanto, ao considerar os orçamentos limitados de cada uma das nossas sociedades, qual é a verdadeira capacidade dos Estados de investir em educação e formação? Será que não chegou o momento em que os líderes políticos devam atribuir uma maior parcela do orçamento do Estado à educação, já que este setor exerce um papel chave no desenvolvimento humano sustentável? Será que as Américas não deveriam se esforçar para serem um pouco menos militares e cada vez mais instruídas para enfrentar os novos desafios?

CÚPULAS DAS AMÉRICAS

Prioridades dos grupos de trabalho sobre educação

- Programas compensatórios para as populações desfavorecidas.
- Avaliação da qualidade de ensino e da competência do corpo docente.
- Descentralização do sistema escolar e incentivo à participação comunitária.
- Formação profissional.
- Estratégias baseadas na diversidade cultural e nos princípios democráticos.
- Promoção do acesso às novas tecnologias da informação.